



PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO LITORAL DO PARANÁ

Grupo de Trabalho - Desafios Territoriais – 1ª reunião

Data: 21 de maio de 2026	Local: Virtual – Teams
Horário: 10:00 – 11:30	
Participantes: conforme lista de presença constante no Anexo I.	
Pauta: Única - Discussão dos desafios territoriais do litoral do Paraná	

1. Contextualização da Reunião

Esta reunião corresponde à primeira reunião do Grupo de Trabalho “Desafios Territoriais”, criado como espaço ampliado de diálogo voltado à discussão de questões específicas relacionadas aos desafios territoriais enfrentados por projetos e ações de conservação no litoral do Paraná.

O Grupo de Trabalho possui caráter consultivo e participativo, sendo composto por integrantes vinculados ao Conselho Gestor do Programa, convidados e outros atores relevantes atuantes no território, interessados em contribuir com as discussões propostas.

O objetivo do espaço é promover reflexões, trocas de experiências e construção coletiva de estratégias relacionadas à governança, conflitos socioambientais, comunidades tradicionais, fiscalização, conservação da biodiversidade e demais temas associados à implementação das ações no território.

2. Reunião

A reunião foi iniciada com a contextualização sobre os seminários de avaliação e acompanhamento dos projetos apoiados pelo Programa, realizados com as iniciativas financiadas desde 2023. Foi destacado que os seminários vêm permitindo uma análise mais aprofundada dos resultados alcançados, dos desafios enfrentados e das possibilidades de ajustes durante a execução dos projetos. Ressaltou-se que, apesar da dificuldade de participação integral de todos os atores devido à intensidade da agenda e ao grande número de iniciativas apoiadas, as reuniões vêm sendo registradas e sistematizadas, incluindo apresentações, resumos das demandas e encaminhamentos para reorganização das ações dos projetos.

Foi ressaltado que esse processo tem sido importante para o amadurecimento institucional do Programa, especialmente por possibilitar melhor compreensão sobre os resultados efetivos das iniciativas apoiadas e sobre o quanto elas vêm contribuindo para o



objetivo central do Programa, relacionado ao apoio à gestão das unidades de conservação nas diferentes esferas.

Na sequência, foi apresentada uma reflexão sobre as primeiras chamadas públicas do Programa, especialmente as lançadas em 2024. Foi relatado que, naquele momento inicial, ainda não havia clareza suficiente sobre as demandas prioritárias do território nem sobre a capacidade operacional das instituições proponentes. Em razão disso, as chamadas foram estruturadas de forma bastante ampla, alinhadas às linhas temáticas do PELP, porém sem definição clara de prioridades estratégicas.

Como consequência, houve aprovação de projetos muito diversos, contemplando diferentes frentes de atuação. Foi avaliado que, naquele contexto inicial, também não havia definição suficientemente consolidada acerca dos resultados esperados pelo Programa, especialmente em relação à geração de subsídios concretos para a gestão territorial e para as unidades de conservação.

Foi ressaltado que o Programa passou por um processo de amadurecimento institucional e que atualmente existe maior entendimento sobre a necessidade de obtenção de resultados mais diretamente aplicáveis à gestão das unidades de conservação e à conservação territorial. Nesse contexto, observou-se que, embora a maior parte dos projetos esteja sendo executada adequadamente do ponto de vista técnico, com comprometimento das equipes executoras e cumprimento das atividades inicialmente propostas, os seminários vêm demonstrando que parte das iniciativas encontra-se desalinhada das demandas práticas do território e das necessidades de gestão das unidades de conservação, limitando sua aplicabilidade imediata.

Na continuidade, foi abordada a ausência, até então, de uma linha estruturada de apoio direto às ações comunitárias e aos grupos locais do território. Foi pontuado que, embora diversos projetos contemplem ações junto às comunidades, o Programa ainda não havia desenvolvido uma estratégia específica voltada ao fortalecimento comunitário e à relação entre os grupos locais e a gestão das unidades de conservação.

Foi ressaltado que essa percepção decorre também de um processo de aprendizado institucional e que, diante das dinâmicas observadas no território, tornou-se evidente a necessidade de construção de uma linha específica voltada ao apoio comunitário. Segundo exposto, essa nova frente deverá buscar compreender melhor as dinâmicas locais e estruturar formas mais efetivas de apoio às organizações e coletivos do território, especialmente considerando que essas relações impactam diretamente a gestão das unidades de conservação, sobretudo nas unidades de uso sustentável.

Nesse contexto, foi lembrado que o Conselho Gestor havia aprovado anteriormente uma linha de apoio voltada a ações e projetos comunitários, no valor de R\$ 800 mil. Posteriormente, foi criada uma nova modalidade dentro do Programa destinada ao apoio de parceiros das unidades de conservação sem necessidade de contratação direta. Informou-se



que a proposta consiste em apoiar iniciativas territoriais que contribuam para a gestão das UCs, inclusive coletivos sem CNPJ formalizado, como grupos de mulheres, jovens, coletivos culturais e outros grupos comunitários.

Foi esclarecido que o objetivo inicial dessa estratégia não seria necessariamente a geração imediata de resultados diretos para conservação, mas sim o fortalecimento das relações entre gestão e território, buscando estreitar vínculos com os atores locais. Algumas unidades de conservação já iniciarão experiências-piloto utilizando esse mecanismo, por meio do lançamento de pequenas chamadas e ações de mobilização territorial. Informou-se ainda que a proposta será inicialmente testada em três unidades de conservação das diferentes esferas de gestão, como experiência piloto, para posterior ampliação às demais unidades.

Na sequência, passou-se à contextualização da situação envolvendo o projeto executado no território do NGI Antonina-Guaraqueçaba voltado à temática da pesca. Foi relatado que o projeto enfrentou diversos problemas ao longo de sua execução, culminando no recebimento de denúncia encaminhada por representantes de grupos comunitários da região de Guaraqueçaba.

Foi explicado que esses grupos haviam inicialmente apoiado a realização do projeto no território, porém posteriormente passaram a manifestar preocupações e questionamentos em relação à sua condução. A denúncia relatava diferentes problemas relacionados à execução da iniciativa e, a partir disso, o projeto foi suspenso no final do ano anterior, por orientação do Conselho Gestor, da assessoria jurídica do Funbio e do Ministério Público.

Após a suspensão, foi realizado um diagnóstico participativo preliminar no território, conduzido por consultoria contratada pelo Programa, com o objetivo de compreender melhor as dinâmicas locais e mapear os diferentes grupos e tensões existentes na região. Segundo relatado, o diagnóstico permitiu identificar conflitos internos, disputas de representação e divergências entre grupos comunitários, além de aspectos relacionados à dinâmica de atuação do MOPEAR no território.

Foi mencionado ainda que essas tensões territoriais também apareceram em outras apresentações de projetos durante os seminários de acompanhamento, incluindo relatos de dificuldades operacionais e impactos sobre o encerramento de determinadas atividades de pesquisa e monitoramento.

Foi avaliado que os elementos trazidos pelo diagnóstico evidenciaram um cenário de forte tensão territorial, reforçando a necessidade de o Programa desenvolver estratégias específicas para lidar com essas dinâmicas, especialmente considerando a intenção de ampliar o apoio a ações comunitárias.

Na continuidade, foi informado que o projeto foi oficialmente cancelado por decisão unânime do Conselho Gestor no dia 8 de maio de 2026. Apesar disso, o processo



administrativo seguia em análise, especialmente no que se refere à prestação de contas, documentação financeira, compras e contratações realizadas no âmbito do projeto.

Foi relatado que o valor aprovado para o projeto era de aproximadamente R\$ 850 mil, porém menos de R\$ 400 mil haviam sido efetivamente apresentados em prestação de contas até aquele momento, havendo ainda possibilidade de glosas dependendo da documentação complementar apresentada pela instituição executora.

Diante desse cenário, foi apresentada a proposta de reorganização dos recursos remanescentes — estimados em aproximadamente R\$ 450 mil — para apoio direto a ações comunitárias no território, buscando reduzir as tensões existentes e construir estratégias mais positivas de relação entre Programa, gestão e comunidades locais.

Também foi informado que no dia 18 de maio de 2026 aconteceu a primeira reunião do Programa com representantes comunitários vinculados ao Fórum de Guaraqueçaba, com participação do consultor que realizou o diagnóstico antropológico no âmbito do Projeto III FUNDEPAG Canoa 17/24 e do MPF. O encaminhamento definido consistia em aprofundar, ao longo das semanas seguintes, o diálogo com os grupos locais para identificação de ações emergenciais passíveis de apoio imediato, além da construção futura de iniciativas mais estruturantes voltadas ao fortalecimento comunitário e da governança local.

Na sequência, foi trazida preocupação relacionada às ações de fiscalização e proteção territorial na região, especialmente diante da percepção de fragilidade ou ausência de atuação contínua em determinadas áreas do litoral. Foi destacado que o Programa vem apoiando diferentes órgãos de fiscalização e controle, incluindo Polícia Federal, Batalhão de Polícia Ambiental, Guarda Civil Municipal de Paranaguá, IBAMA e ICMBio, por meio da aquisição de equipamentos, insumos e apoio estrutural.

Foi esclarecido que parte desses apoios ainda se encontra em fase de implementação, incluindo processos de compra de equipamentos e embarcações. Também foi mencionado que alguns órgãos apoiados possuem múltiplas atribuições territoriais e operacionais, o que acaba impactando sua capacidade de atuação específica nas demandas relacionadas às unidades de conservação e à proteção ambiental costeira.

Nesse contexto, foram citados relatos apresentados recentemente durante os seminários de projetos, especialmente por equipes que atuam de forma recorrente na Baía de Guaraqueçaba e em áreas do Parque Nacional do Superagui, indicando a presença frequente de embarcações oriundas de outros estados realizando atividades de pesca ilegal, inclusive com utilização de embarcações de grande porte, sem percepção de ações efetivas de fiscalização no território.

Foi relatado que essa situação vem sendo observada de maneira recorrente pelas equipes que atuam em campo, evidenciando fragilidades nas ações de proteção e fiscalização ambiental na região.



Diante desse cenário, foi mencionada a possibilidade de realização de uma reunião específica envolvendo os órgãos de fiscalização e proteção ambiental, com o objetivo de construir uma agenda integrada de atuação no território e discutir estratégias de fortalecimento das ações de proteção.

Ao final da exposição inicial, foi ressaltado que os principais pontos colocados para discussão no encontro diziam respeito, especialmente, aos desafios territoriais relacionados às dinâmicas e tensões entre grupos comunitários locais e às fragilidades nas ações de fiscalização e proteção ambiental, sendo destacada a necessidade de construção coletiva de estratégias para enfrentamento dessas questões.

Na sequência, foi solicitado esclarecimento sobre o escopo da discussão proposta para a reunião, especialmente quanto à possibilidade de debate sobre futuras linhas e temáticas de apoio do Programa relacionadas aos conflitos existentes no território.

Em resposta, foi esclarecido que, desde o envio do convite até a realização da reunião, já haviam ocorrido alguns avanços, incluindo reuniões com grupos locais e o início da implementação das linhas de apoio voltadas à integração com o entorno das unidades de conservação.

Foi destacado, contudo, que permanecia importante discutir como o Programa deverá atuar frente aos conflitos territoriais e às fragilidades nas ações de fiscalização e proteção ambiental, incluindo a possibilidade de incorporação dessas demandas em futuras linhas de apoio ou chamadas específicas.

Também foi mencionado que determinados órgãos já possuem recursos destinados a ações de proteção territorial, mas enfrentam limitações operacionais relacionadas a equipes, equipamentos e estrutura para execução dessas atividades.

Ao final, foi reforçada a importância de compreender melhor os fatores que limitam a realização das ações de fiscalização e proteção e de discutir como o Programa poderá se posicionar estrategicamente diante desse cenário.

Na continuidade da discussão, foi manifestada preocupação em relação à forma de atuação do MOPEAR no território e aos desafios relacionados à construção de uma agenda menos conflituosa e mais propositiva junto ao movimento. Foi mencionado que diversos projetos apoiados pelo Programa possuem atuação em territórios onde o grupo exerce forte protagonismo, especialmente em comunidades da Ilha Rasa, Ilha do Ricardo e outras localidades da região, o que torna inevitável a necessidade de diálogo e construção de estratégias de aproximação.

Nesse contexto, foi ressaltado que o movimento continuará sendo ator relevante no território e que a ausência de articulação ou diálogo tende a ampliar tensões e dificuldades para execução das ações dos projetos. Também foi destacada a importância das recentes



reuniões de alinhamento realizadas com grupos comunitários locais, entendidas como um primeiro processo de mapeamento das demandas, vocações e possibilidades de construção conjunta de agendas vinculadas ao Programa.

Na sequência, foi apresentada avaliação sobre a importância de o Programa realizar um momento de reflexão mais ampla acerca do andamento de suas ações e projetos, buscando identificar não apenas os avanços obtidos, mas também os desafios estruturais relacionados à integração entre conservação ambiental, gestão das unidades de conservação e comunidades tradicionais.

Durante a discussão, foi compartilhada experiência recente de diálogo com a UNESCO, realizada em reunião voltada às agendas de conflitos territoriais envolvendo conservação e populações tradicionais. Foi relatado que a instituição vem promovendo mudanças em sua estrutura global de atuação, integrando as áreas de patrimônio natural, patrimônio cultural e inclusão social em uma mesma diretoria, passando a trabalhar a conservação da natureza de forma associada às dimensões sociais e comunitárias.

A partir dessa experiência, foi sugerida aproximação entre o Programa e a UNESCO, especialmente considerando a experiência acumulada da instituição em projetos voltados à capacitação de comunidades para acesso, gestão e execução de recursos financeiros em territórios socioambientalmente complexos.

Foi ressaltado que a situação recentemente enfrentada pelo Programa com o cancelamento do projeto executado no território de Guaraqueçaba evidenciou a importância de fortalecimento institucional das organizações comunitárias e da construção de mecanismos de acompanhamento e capacitação mais contínuos.

Nesse contexto, foi relatado que muitas associações comunitárias do território foram estruturadas anteriormente por diferentes projetos, mas sem continuidade de apoio técnico e administrativo, o que resultou em fragilidade institucional e acúmulo de dívidas incompatíveis com a capacidade financeira das comunidades. Segundo apontado, diversas associações atualmente encontram-se inadimplentes e sem condições de manutenção administrativa básica.

Diante desse cenário, foi defendido que futuras estratégias de apoio comunitário não se limitem apenas ao financiamento de ações pontuais, mas contemplem também processos de fortalecimento institucional, apoio à gestão administrativa e acompanhamento técnico continuado das organizações locais.

Na sequência, a discussão avançou para a percepção existente em parte das comunidades acerca da aplicação dos recursos do TAJ. Foi relatado que uma narrativa recorrente no território associa os recursos do Programa exclusivamente ao fortalecimento das unidades de conservação, sem percepção de benefícios concretos às comunidades impactadas pelo acidente que deu origem aos recursos do acordo judicial.



Essa narrativa que não reflete a verdade, vem sendo reforçada por articuladores externos às comunidades, e omite que a maior parte dos recursos do TAJ já foi direcionada ao Estado e às comunidades diretamente afetadas, que receberam recursos financeiros anteriormente. A verdade que não é dita é que uma parte pequena do TAJ, graças aos esforços de instituições ambientalistas, IBAMA, Ministérios Públicos Estadual do Paraná e Federal, ao longo de 20 anos de negociação, garantiram que também as unidades de conservação pudessem ser diretamente beneficiadas com os recursos.

Foi ponderado que essa narrativa representa uma percepção presente no território e que precisa ser considerada estrategicamente pelo Programa. Nesse sentido, foi defendida a construção de ações capazes de aproximar as agendas de conservação das demandas concretas das comunidades, reduzindo antagonismos e fortalecendo relações mais positivas entre os diferentes atores envolvidos.

Como exemplo de agenda potencialmente estratégica nesse sentido, foi apresentada a pauta da regularização fundiária e dos Projetos Agroextrativistas (PAEs). Foi ressaltado que os pescadores artesanais passaram recentemente a ser incluídos no Programa Nacional da Reforma Agrária, o que abre novas possibilidades de acesso a políticas públicas para as comunidades tradicionais pesqueiras.

Também foi relatada articulação em andamento entre INCRA, ICMBio e SPU, com apoio técnico local, para viabilização de experiências de PAEs no território da Baía de Pinheiros. Segundo exposto, o modelo seria inspirado em experiências já consolidadas em Reservas Extrativistas da Amazônia, articulando conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais, produção econômica e segurança fundiária.

Foi destacado que os PAEs poderiam representar importante instrumento complementar aos processos de regularização fundiária já em andamento, permitindo maior segurança territorial às comunidades e ampliando o acesso dos pescadores a políticas públicas de crédito, apoio produtivo e melhoria habitacional.

Também foi ressaltado o cenário de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades da região, mencionando-se que grande parte das famílias depende atualmente de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Nesse contexto, foi argumentado que o acesso a políticas públicas estruturantes poderia gerar impactos positivos mais amplos e duradouros do que demandas pontuais direcionadas exclusivamente ao Programa.

Ainda sobre esse tema, foi destacado que muitos dos pleitos atualmente direcionados ao Programa poderiam ser parcialmente atendidos por políticas públicas já existentes, desde que houvesse apoio institucional, acompanhamento técnico e articulação para viabilizar o acesso efetivo das comunidades a esses instrumentos governamentais.

Na parte final da intervenção, a discussão retornou à temática da fiscalização e proteção territorial. Foi sugerida a criação de uma linha ou rubrica específica voltada ao apoio aos



órgãos de fiscalização e proteção ambiental e equipes responsáveis pela, com recursos previamente definidos e gestão mais operacionalizada, sendo mencionado que parte do recurso estimado em aproximadamente R\$ 7 milhões, previsto para futura incorporação ao Programa, poderia ser direcionado para essa finalidade.

Segundo argumentado, essa estrutura permitiria evitar que demandas operacionais e pontuais relacionadas à aquisição de equipamentos, infraestrutura e manutenção fossem constantemente levadas às discussões estratégicas do Conselho Gestor, gerando desgastes e desviando o foco das pautas estruturantes.

Foi defendido que a existência de um recurso específico e previamente delimitado para apoio às ações de fiscalização possibilitaria maior organização, previsibilidade e eficiência na gestão desses apoios, além de permitir que o Conselho concentrasse suas discussões em temas considerados mais estratégicos para o Programa e para o território.

Na continuidade da discussão, foi apresentada reflexão sobre o contexto mais amplo dos conflitos territoriais existentes na região, destacando-se que, embora os conflitos locais sejam relevantes, eles precisam ser compreendidos dentro de uma perspectiva mais ampla das relações entre conservação ambiental, vulnerabilidade social e comunidades tradicionais.

Foi ressaltado que o processo histórico de consolidação das unidades de conservação no Brasil ocorreu, em muitos casos, de forma pouco participativa e bastante verticalizada, o que contribuiu para o cenário atual de fragilidade nas relações entre instituições, comunidades e gestão territorial. Também foi destacado que o território apresenta forte vulnerabilidade social, marcada pela ausência de acesso pleno a direitos básicos e políticas públicas estruturantes, contexto que influencia diretamente a intensificação dos conflitos.

Nesse sentido, foi ponderado que parte das tensões territoriais decorre não apenas de questões ligadas à conservação ambiental, mas também de dinâmicas estruturais e institucionais que acabam fomentando conflitos e disputas locais. Foi mencionado que muitas vezes os conflitos se desenvolvem mais em torno de relações pessoais, disputas de narrativa e percepções sobre as instituições do que propriamente sobre a execução concreta das ações realizadas no território.

Durante a fala, foi destacado que existe, por parte de algumas comunidades, desconhecimento sobre os papéis, responsabilidades e limites de atuação das diferentes instituições presentes no território. Como exemplo, foi mencionado que organizações da sociedade civil frequentemente são associadas, pelas comunidades, a funções típicas do poder público, inclusive relacionadas à fiscalização e aplicação de penalidades, o que acaba gerando interpretações equivocadas e aprofundando desgastes institucionais.

Também foi reconhecido que, em determinados momentos, as próprias instituições podem contribuir involuntariamente para o aumento das tensões territoriais, especialmente

quando ações e projetos são executados sem diálogo suficientemente estruturado com as comunidades locais.

Na sequência, foi avaliado que a chegada dos recursos do TAJ também acabou produzindo novos tensionamentos no território, especialmente em razão das expectativas geradas em torno do acesso aos recursos financeiros e das diferentes percepções sobre quem estaria sendo beneficiado pelas ações do Programa.

Diante desse cenário, foi defendida a importância de realização de um processo mais aprofundado de reflexão coletiva e compreensão das dinâmicas territoriais antes da implementação de novas estratégias ou estruturas de apoio. Foi ressaltado que esse processo não dependeria necessariamente de novas consultorias ou contratações externas, mas poderia ser desenvolvido a partir do próprio diálogo entre os atores que já atuam no território.

Também foi apontada a necessidade de fortalecimento do diálogo com as comunidades locais, incluindo ações mais claras de comunicação sobre o papel das instituições, seus limites de atuação, direitos, deveres e objetivos das iniciativas desenvolvidas no território.

Ao final, foi reforçado o entendimento de que o enfrentamento dos conflitos territoriais exige um processo gradual de reconstrução de confiança, fortalecimento do diálogo e maior clareza institucional entre todos os atores envolvidos.

Na continuidade da discussão, foi destacado que conflitos sociais em territórios com grande presença de áreas protegidas constituem realidade recorrente em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil. Foi mencionado que situações semelhantes às observadas atualmente no litoral do Paraná também ocorrem em outros territórios marcados pela relação entre conservação ambiental, comunidades tradicionais e diferentes instituições atuantes.

A partir dessa contextualização, foi relatada experiência de atuação na região da Chapada dos Veadeiros, onde conflitos semelhantes teriam sido gradualmente reduzidos ao longo do tempo por meio do fortalecimento de agendas relacionadas ao turismo de natureza e ao turismo de base comunitária. Segundo apontado, embora os conflitos permaneçam existindo, houve avanço na construção de relações mais positivas entre conservação ambiental e geração de renda para as comunidades locais.

Na sequência, foi ressaltado que um dos principais desafios das instituições ligadas à conservação ambiental está relacionado à comunicação. Foi argumentado que as organizações e atores envolvidos com conservação frequentemente possuem dificuldades tanto de comunicação interna quanto de comunicação com a sociedade e com as próprias comunidades do território.

Nesse contexto, foi apresentada como provocação ao grupo a necessidade de discutir não apenas “o que” fazer diante dos conflitos territoriais, mas principalmente “como” comunicar as ações e os benefícios relacionados à conservação ambiental.

Como proposta concreta, foi sugerida a produção de materiais audiovisuais voltados à valorização das unidades de conservação e das relações positivas entre conservação e comunidades locais. Foi mencionado, especificamente, o desenvolvimento de um vídeo institucional ou série de episódios que apresentassem depoimentos de comunitários favoráveis à conservação, demonstrando de que forma as unidades de conservação contribuem para manutenção do modo de vida caiçara, da pesca artesanal, do turismo de base comunitária e da geração de renda no território.

Foi esclarecido que a proposta não teria caráter de enfrentamento ou reação direta aos conflitos existentes, mas sim de fortalecimento de uma agenda positiva de comunicação, evidenciando experiências e percepções favoráveis à conservação que, muitas vezes, permanecem menos visíveis no território.

Também foi avaliado que, embora existam grupos e atores bastante articulados na construção de críticas às instituições ligadas à conservação, há igualmente um número expressivo de comunitários que reconhecem os benefícios das unidades de conservação e das ações ambientais, mas que frequentemente permanecem menos vocalizados nos espaços de debate público.

Ao final, foi reforçado o entendimento de que estratégias de comunicação mais estruturadas e positivas podem representar ferramenta importante para mediação de conflitos territoriais e fortalecimento das relações entre conservação ambiental e comunidades locais.

Na continuidade da discussão, foi retomada a importância do fortalecimento do diálogo com as comunidades locais, especialmente a partir da identificação de temas de interesse direto dos grupos comunitários. Foi destacado que as recentes reuniões realizadas com representantes comunitários e fóruns locais vêm contribuindo para o mapeamento dessas demandas e para a construção de possibilidades de aproximação entre o Programa e o território.

Nesse contexto, foi ressaltado que a aproximação com as comunidades tende a ocorrer de maneira mais efetiva quando vinculada a pautas concretas de interesse local, especialmente relacionadas às necessidades cotidianas das populações tradicionais. Contudo, também foi ponderado que as demandas comunitárias são amplas e diversas, o que exige atenção permanente aos limites institucionais e às finalidades do TAJ.

Foi enfatizado que, ao longo dessas discussões, será fundamental manter clareza sobre os objetivos e escopo do Programa, buscando identificar quais demandas possuem sinergia com as finalidades do TAJ e quais extrapolam suas possibilidades de atuação.

Na sequência, a discussão retornou à temática da fiscalização e proteção territorial. Foi reforçada a proposta de criação de um fundo ou linha específica voltada ao apoio às ações de fiscalização, permitindo que demandas operacionais e investimentos de menor escala fossem



analisados por grupos técnicos específicos, evitando sobrecarga das pautas estratégicas do Conselho Gestor.

Entretanto, foi destacado que os apoios concedidos aos órgãos de fiscalização deveriam estar vinculados a mecanismos de acompanhamento, cobrança de resultados e apresentação de entregas concretas, incluindo relatórios e ações efetivamente realizadas no território.

Segundo apontado, parte dos órgãos já possui alguma estrutura operacional disponível, mas as ações de fiscalização frequentemente acabam ocorrendo apenas em situações de maior pressão institucional, evidenciando a necessidade de fortalecimento de mecanismos mais permanentes de atuação.

Também foi ressaltado que, diante das limitações de pessoal e estrutura das equipes responsáveis pela proteção ambiental, especialmente no âmbito das unidades de conservação, investimentos em tecnologia poderão representar elemento estratégico importante para ampliação da efetividade das ações de fiscalização.

Nesse sentido, foram mencionadas discussões já em andamento sobre possíveis investimentos em tecnologias de monitoramento e vigilância, entendidas como ferramentas capazes de otimizar o direcionamento das equipes de campo e ampliar a capacidade de resposta às ocorrências no território.

Na sequência, foi ressaltada a importância da continuidade de espaços de diálogo como o promovido pela reunião, sendo destacado que um dos principais desafios enfrentados atualmente no território está relacionado às dificuldades de comunicação e articulação entre os próprios atores envolvidos com conservação e gestão territorial.

Foi apontado que, mesmo entre instituições e profissionais com visões semelhantes sobre conservação, existem diferentes entendimentos, experiências e formas de vivenciar o território, o que naturalmente gera divergências de percepção e expectativa sobre os caminhos a serem adotados.

Nesse contexto, foi avaliado que o recurso do Programa acabou se tornando o principal espaço de debate sobre o território, concentrando debates que extrapolam sua finalidade original. Segundo apontado, questões relacionadas à gestão territorial, conflitos comunitários e governança regional passaram a ser discutidas prioritariamente dentro da estrutura do Conselho Gestor, atribuindo ao Programa um peso político e institucional que ultrapassa o escopo de um instrumento financeiro vinculado à conservação.

A partir dessa reflexão, foi defendida a realização de espaços paralelos de diálogo, externos às instâncias formais do Conselho Gestor, como estratégia capaz de proporcionar ambientes mais confortáveis de debate, nos quais divergências, expectativas e diferentes visões sobre o território possam ser discutidas de maneira mais aberta e acolhedora.



Também foi ressaltado que o desafio central não está no reconhecimento de que conservação ambiental, patrimônio cultural, comunidades tradicionais e biodiversidade são temas integrados — entendimento que, segundo apontado, já é compartilhado entre os atores presentes —, mas sim na dificuldade de operacionalizar essa integração na prática e de equilibrar direitos, necessidades sociais e objetivos de conservação no território.

Durante a fala, foi enfatizado que a convivência cotidiana com as comunidades tradicionais inevitavelmente produz aproximação humana e sensibilização diante das vulnerabilidades sociais existentes no território, incluindo dificuldades relacionadas à moradia, saúde, alimentação, educação e acesso a direitos básicos. Da mesma forma, foi destacado que também é impossível ignorar os impactos ambientais e os elevados índices de mortalidade de espécies ameaçadas registrados na região, o que evidencia a complexidade de ponderação entre diferentes urgências territoriais.

Nesse contexto, foi avaliado que a ausência de espaços permanentes de diálogo entre os próprios atores ligados à conservação dificulta ainda mais a aproximação com as comunidades locais. Segundo apontado, se os próprios agentes institucionais possuem dificuldades de alinhamento e construção conjunta, o distanciamento em relação às comunidades tende a ser ainda maior.

Na continuidade, foi ponderado que houve, sim, recursos inicialmente destinados à área social no âmbito do acordo judicial, mas que não ocorreu, à época, mobilização política suficiente para manutenção e fortalecimento dessa frente específica de atuação. A partir disso, foi defendido que o momento atual exige reflexão sobre quais ações apresentam efetiva sinergia entre conservação ambiental e fortalecimento comunitário.

Foi destacado que um dos caminhos possíveis seria identificar e fortalecer iniciativas locais já existentes, coordenadas pelas próprias comunidades, que promovam sustentabilidade e conservação no território. Como exemplos, foram mencionadas experiências relacionadas à adaptação de práticas de pesca visando redução de captura de espécies ameaçadas, iniciativas de gestão comunitária de resíduos, compostagem, construção sustentável, fortalecimento de cadeias produtivas locais e turismo de base comunitária.

Nesse sentido, foi apresentada a possibilidade de criação de mecanismos de apoio ou seleção de iniciativas comunitárias voltadas à sustentabilidade e conservação, financiadas pelo Programa, mas desenvolvidas diretamente por comunitários em parceria com instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil ou outras entidades de apoio técnico.

Segundo apontado, esse tipo de estratégia poderia fortalecer o protagonismo comunitário, valorizar soluções locais já existentes e promover maior aproximação entre conservação ambiental e desenvolvimento territorial sustentável.

Também foi ressaltado que iniciativas mais amplas de fortalecimento territorial — como as discussões relacionadas aos Projetos Agroextrativistas (PAEs) e à inclusão de pescadores



artesanais em políticas públicas estruturantes — representam avanços importantes, embora não devam ser compreendidas necessariamente como responsabilidade direta do Programa.

Foi defendido que esses processos exigem articulação mais ampla entre os diferentes atores territoriais, instituições públicas e espaços de governança regional, sendo destacado que o território atualmente carece de fóruns permanentes de gestão territorial capazes de promover esse tipo de articulação integrada.

Ao final, foi ressaltada a importância do fortalecimento e retomada de espaços de governança territorial já previstos institucionalmente, como conselhos gestores de unidades de conservação e outros fóruns regionais de planejamento e desenvolvimento sustentável, entendidos como espaços fundamentais para promoção de diálogo contínuo, integração entre atores e construção coletiva de estratégias territoriais.

Na continuidade da discussão, foi destacado que os conflitos relacionados à conservação ambiental constituem realidade recorrente em diferentes territórios e contextos, especialmente em regiões marcadas por múltiplos interesses sociais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, foi ressaltado que a atuação na área da conservação envolve, necessariamente, disputas, tensões e desafios complexos, que dificilmente serão integralmente resolvidos.

Foi apontado que há ausência de instituições e políticas sociais mais estruturadas atuando no território, o que acaba fazendo com que organizações ligadas à conservação e gestão ambiental sejam constantemente cobradas por problemas sociais históricos da região. A partir disso, foi defendida a necessidade de maior incidência institucional e política para cobrança do poder público em relação às suas responsabilidades na área social, especialmente considerando os recursos gerados pelo território a partir do ICMS ecológico e da própria existência das unidades de conservação.

Também foi ressaltada a importância de fortalecimento das estratégias de comunicação institucional, diante da percepção de que existe grande quantidade de desinformação e narrativas distorcidas circulando no território. Nesse contexto, foi defendido que as instituições precisam comunicar de maneira mais clara, contínua e integrada quais são seus papéis, responsabilidades e ações desenvolvidas na região.

Foi mencionado que muitas comunidades ainda possuem dificuldades de compreender as diferenças entre os papéis desempenhados por organizações da sociedade civil, universidades, órgãos ambientais e instituições públicas, o que contribui para confusões e desgastes institucionais. A partir disso, foi destacada a importância de fortalecimento de agendas integradas de comunicação e atuação territorial entre os diferentes atores envolvidos.

Durante a fala, também foi ressaltada a necessidade de ampliação da escuta e valorização de novas lideranças comunitárias, considerando que, em muitos espaços, as mesmas lideranças acabam concentrando a representação e a interlocução territorial. Foi

defendido que os projetos apoiados no território busquem estimular formação, capacitação e fortalecimento de novas lideranças locais, ampliando a diversidade de vozes e atores envolvidos nos processos.

Nesse contexto, foi destacada a importância de inclusão de moradores das próprias comunidades nas equipes dos projetos executados no território, seja em funções técnicas, operacionais, educativas ou de comunicação. Segundo apontado, a presença de equipes locais fortalece vínculos, amplia a confiança das comunidades e contribui significativamente para a construção de relações mais positivas entre projetos e território.

Também foi mencionado que existem lideranças comunitárias alinhadas às pautas de conservação e sustentabilidade, mas que muitas vezes acabam sendo enfraquecidas ou silenciadas diante de contextos de maior conflito territorial. A partir disso, foi defendida a necessidade de identificação e fortalecimento desses atores locais comprometidos com agendas de conservação associadas às demandas sociais do território.

Na parte final da intervenção, a discussão retornou à temática da fiscalização ambiental. Foi ressaltado que o território ainda enfrenta desafios significativos relacionados à caça, tráfico de fauna e captura ilegal de espécies ameaçadas, sendo destacado que muitas dessas práticas envolvem agentes externos às próprias comunidades locais.

Nesse contexto, foi defendida a necessidade de fortalecimento de estratégias mais integradas e inteligentes de fiscalização, incluindo maior articulação entre diferentes órgãos de controle e compartilhamento de informações e dados operacionais.

Também foi mencionado que ações de fiscalização excessivamente reativas tendem a atuar apenas após a ocorrência dos crimes ambientais, sendo defendida a importância de fortalecimento de estratégias preventivas, com planejamento territorial, inteligência, monitoramento contínuo e integração entre fiscalização, educação ambiental e ações de conservação.

Como exemplo, foi citado o caso do papagaio-de-cara-roxa, destacando-se que a redução populacional observada em determinadas áreas estaria associada à insuficiência de ações preventivas de fiscalização e combate ao tráfico de fauna.

Ao final, foi reforçado o entendimento de que o enfrentamento dos desafios relacionados à conservação da biodiversidade no litoral depende de ações integradas, preventivas e articuladas entre diferentes instituições, órgãos de fiscalização e atores territoriais.

Na continuidade da discussão, foi reforçado o entendimento de que o papel do Programa não seria necessariamente conduzir diretamente os debates sobre gestão territorial, mas sim incentivar, apoiar e criar condições para que essas discussões ocorram de forma mais ampla e integrada entre os diferentes atores envolvidos no território.

Nesse contexto, foi apontado que ainda existem atores importantes que não estão suficientemente inseridos nesses espaços de debate, sendo destacada a necessidade de ampliação da participação de diferentes instituições, setores e grupos interessados nas discussões relacionadas ao território.

Também foi mencionado que espaços como a própria reunião em questão podem contribuir para formulação de sugestões, estratégias e encaminhamentos futuros voltados à governança territorial e à atuação do Programa.

Na sequência, a discussão retornou à temática da fiscalização ambiental. Foi reforçada a importância de manutenção do apoio aos órgãos de fiscalização, desde que acompanhado de mecanismos claros de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados.

Nesse sentido, foi destacada a necessidade de construção de indicadores e formas de mensuração das ações realizadas, incluindo informações sobre operações executadas, apreensões realizadas, resultados obtidos e impactos efetivos das ações de fiscalização apoiadas pelo Programa.

Também foi manifestada preocupação em relação à viabilidade operacional de estratégias mais sofisticadas de inteligência e tecnologia aplicadas à fiscalização ambiental. Foi lembrado que, em diversas situações, os próprios órgãos de fiscalização necessitaram de apoio externo para estruturação inicial de seus projetos e demandas básicas de funcionamento.

Diante disso, foi ponderado que a implementação de estratégias mais complexas envolvendo inteligência e tecnologias de monitoramento exigirá planejamento cuidadoso, estrutura técnica adequada e definição clara sobre como esses mecanismos poderão ser operacionalizados no âmbito dos apoios vinculados ao Programa.

Na continuidade da discussão, foi ressaltada a importância de manutenção de espaços periódicos de diálogo mais abertos e menos formais, permitindo trocas mais amplas sobre os desafios territoriais sem a rigidez das pautas deliberativas típicas das reuniões de conselho.

Nesse contexto, foi defendido que o território já possui acúmulo significativo de informações, diagnósticos e conhecimento sobre os conflitos locais e sobre as demandas das comunidades tradicionais, especialmente a partir das experiências de projetos de longa duração desenvolvidos na região. Foi argumentado que, muitas vezes, a busca por cenários considerados ideais ou excessivamente estruturados acaba retardando ações concretas e fazendo com que oportunidades importantes sejam perdidas.

A partir dessa reflexão, foi reforçada a avaliação de que o Programa não possui capacidade de suprir todas as lacunas sociais existentes nas comunidades tradicionais, sendo necessário fortalecer o acesso dessas populações a políticas públicas estruturantes já existentes em outras esferas governamentais.



Nesse sentido, foi retomada a discussão sobre os Projetos Agroextrativistas (PAEs) e sobre a recente inclusão de pescadores artesanais no Programa Nacional da Reforma Agrária. Foi destacado que existe atualmente uma janela de oportunidade para inserção das comunidades tradicionais pesqueiras nessas políticas públicas, especialmente diante da disponibilidade já prevista de recursos federais destinados à implementação dessas ações.

Foi ressaltado que o acesso rápido a essas políticas poderá ser decisivo para que as comunidades consigam acessar os recursos disponíveis antes do esgotamento dos limites orçamentários previstos nacionalmente. Também foi mencionada a intenção de aproximar representantes do INCRA das comunidades do território, com apoio de instituições locais e da gestão das unidades de conservação.

Na sequência, foi apresentada crítica à atuação de determinados setores acadêmicos e institucionais que, segundo apontado, acabam contribuindo para o agravamento dos conflitos territoriais sem efetivamente construir agendas práticas de transformação ou fortalecimento comunitário.

Foi argumentado que, em alguns casos, existem posturas consideradas excessivamente militantes ou personalistas que terminam por gerar desgastes institucionais e tensionamentos adicionais no território, inclusive por meio da utilização de espaços técnicos para construção de disputas políticas e narrativas públicas.

Nesse contexto, foi mencionado que determinadas articulações e conflitos recentes envolvendo projetos executados no território teriam sido potencializados por esse tipo de postura, gerando impactos negativos tanto para os projetos quanto para as relações institucionais locais.

Apesar disso, foi ressaltada a importância de construção de relações de diálogo contínuo com lideranças comunitárias, mesmo diante de situações de conflito, denúncias ou divergências anteriores. Foram compartilhados exemplos de experiências em que a manutenção do diálogo direto, do convívio e da construção gradual de confiança permitiu superar tensões e estabelecer relações mais positivas com representantes comunitários.

Também foi destacado que a incorporação de comunitários às equipes locais dos projetos tem representado estratégia importante para fortalecimento de vínculos, construção de confiança e promoção de maior transparência nas ações desenvolvidas no território.

Nesse sentido, foi mencionado o exemplo de contratação de mobilizadores locais por meio de processos seletivos públicos, valorizando critérios técnicos e de mérito, associados a processos de formação e capacitação sobre gestão de recursos públicos, compliance e funcionamento institucional dos projetos.

Ao final, foi reforçado o entendimento de que o Programa pode desempenhar papel importante no fortalecimento dos espaços de governança, especialmente por meio do apoio à

criação e manutenção de espaços permanentes de diálogo, conselhos, fóruns e outras estruturas de discussão territorial.

Segundo apontado, o Programa possui atualmente grande quantidade de dados, diagnósticos e informações produzidas pelos projetos apoiados, sendo fundamental que existam espaços legítimos e estruturados para que esse conhecimento seja debatido coletivamente e utilizado na construção de estratégias de atuação mais integradas e menos dependentes de articulações informais ou espaços considerados pouco transparentes.

Na continuidade da discussão, foi destacado que os debates realizados no encontro vêm possibilitando o surgimento de novas ideias e estratégias relacionadas à sensibilização de públicos considerados estratégicos para fortalecimento da governança regional e da conservação no litoral.

Nesse contexto, foi resgatada experiência anteriormente desenvolvida pela Fundação Boticário voltada à realização de cursos de sensibilização para magistrados e integrantes do sistema de justiça, especialmente relacionados à temática dos crimes ambientais e da conservação da biodiversidade.

Foi relatado que essas formações apresentavam resultados bastante positivos, promovendo mudanças significativas na percepção dos participantes sobre a gravidade dos crimes ambientais, especialmente aqueles relacionados à caça, tráfico de fauna e violência contra animais silvestres.

Também foi mencionado que essas iniciativas contribuíam para ampliar a compreensão de que crimes ambientais frequentemente se conectam a outras formas de criminalidade mais complexas, sendo ressaltada a importância de fortalecimento dessa sensibilização junto ao sistema de justiça.

A partir disso, foi sugerida a possibilidade de retomada de iniciativas semelhantes no território, seja por meio de nova parceria institucional com a Fundação Boticário ou mediante compartilhamento da metodologia e do conhecimento anteriormente utilizados na condução dessas formações.

Na sequência, a discussão retomou a importância da estruturação de sistemas integrados de gestão de dados e inteligência territorial voltados às ações de fiscalização ambiental e proteção da biodiversidade.

Foi destacado que iniciativas relacionadas à integração e análise de dados poderiam representar ferramenta estratégica para fortalecimento das ações de combate aos crimes ambientais no território, permitindo cruzamento de informações, identificação de padrões, modelagem de ocorrências e análise de tendências relacionadas às atividades ilegais.



Segundo apontado, a construção dessas camadas de inteligência territorial poderia auxiliar os órgãos de fiscalização e segurança pública na definição de estratégias mais eficientes de atuação e direcionamento de esforços operacionais no território.

Na continuidade da discussão, foi trazida reflexão sobre as dificuldades relacionadas à participação social e aos processos de representação comunitária no território. Foi destacado que, embora uma das principais reivindicações de determinadas lideranças esteja associada à ampliação do diálogo e da participação, muitas vezes essas práticas não se reproduzem de forma efetiva entre os próprios grupos comunitários.

Nesse contexto, foram mencionadas situações em que processos participativos e espaços de representação acabariam concentrados nas mesmas lideranças, havendo percepção de baixa renovação de representantes e dificuldades de ampliação da participação de outros moradores e grupos locais.

Também foi relatado que determinadas lideranças adotam posturas consideradas agressivas ou pouco abertas ao diálogo, o que geraria constrangimentos e inibiria a manifestação de posicionamentos divergentes dentro das próprias comunidades.

Segundo apontado, moradores que demonstram posicionamentos favoráveis às unidades de conservação, aos projetos ambientais ou às agendas de conservação frequentemente acabam sendo mal vistos por determinados grupos locais, o que contribui para o silenciamento de outras vozes no território.

Foi avaliado que essa dinâmica acaba produzindo ambiente de pressão e constrangimento social sobre parte das comunidades, dificultando a participação plural nos debates territoriais e nos espaços de governança.

Ao final, foi ressaltada a complexidade desse cenário e a necessidade de aprofundar a reflexão sobre formas de lidar com essas situações, especialmente com apoio de profissionais e instituições com experiência na área social, mediação de conflitos e participação comunitária.

Na continuidade da discussão, foram trazidas reflexões relacionadas às ações de fiscalização, à integração entre instituições e às dificuldades enfrentadas no território para enfrentamento de irregularidades ambientais e conflitos locais.

Foi observado que os problemas existentes na região não se restringem exclusivamente às questões ambientais, estando também associados a contextos de vulnerabilidade social, violência doméstica, presença de facções criminosas e outras formas de violência que impactam diretamente as comunidades locais.

Nesse contexto, foi defendida a importância de continuidade e fortalecimento dos investimentos voltados às ações de fiscalização e proteção ambiental, especialmente por meio



do apoio a outros órgãos de fiscalização além do próprio ICMBio. Segundo apontado, o envolvimento direto da gestão das unidades de conservação em determinadas ações fiscalizatórias pode gerar desgaste institucional e perda de confiança junto às comunidades, sobretudo em contextos nos quais o órgão também precisa atuar na construção de diálogo e governança participativa.

Foi mencionado que, atualmente, parte significativa das ações de fiscalização desenvolvidas na região vem se concentrando no enfrentamento à especulação imobiliária, especialmente em áreas onde há pressão crescente sobre o território e impactos indiretos associados à caça, captura de fauna e extração ilegal de recursos naturais.

Também foi mencionado que já existem algumas iniciativas voltadas à construção de estratégias de inteligência e integração de informações relacionadas à fiscalização ambiental, especialmente no enfrentamento à caça ilegal. Entretanto, foi reconhecido que ainda persistem dificuldades operacionais, limitações estruturais e desafios relacionados à capacitação técnica de parte das instituições envolvidas.

Nesse sentido, foi defendido que os órgãos apoiados pelo Programa também devem apresentar resultados concretos das ações executadas, incluindo relatórios e formas mais acessíveis de divulgação das atividades realizadas e dos recursos investidos. Foi sugerido que essas informações possam ser sistematizadas e divulgadas em linguagem mais acessível à sociedade, inclusive por meio dos canais oficiais do Programa, como o site.

Na sequência, foi ressaltada a complexidade dos processos de integração institucional, inclusive entre órgãos que atuam diretamente na gestão ambiental federal. Foi mencionado que, apesar das tentativas de articulação realizadas nos últimos anos, ainda persistem dificuldades relacionadas ao compartilhamento de dados, integração operacional e alinhamento entre diferentes instituições.

Também foi apontado que parte das narrativas e conflitos existentes no território está relacionada à atuação de grupos e lideranças específicas que mobilizam comunidades por meio de informações consideradas distorcidas ou incompatíveis com os processos efetivamente conduzidos no território.

Foi ressaltado que as comunidades caiçaras e pesqueiras possuem dinâmicas sociais próprias, historicamente marcadas por relações individualizadas e dificuldades de construção coletiva, o que torna ainda mais complexos os processos de formação de lideranças e organização comunitária.

Como exemplo, foi relatada situação recente envolvendo ações em comunidade local relacionadas à cessão e utilização de estruturas públicas deterioradas, contexto no qual, apesar da realização prévia de reuniões e tentativas de construção conjunta, ocorreram mobilizações e conflitos baseados em informações consideradas falsas ou distorcidas sobre as ações em andamento.

Diante desse cenário, foi defendido que determinadas situações de desinformação deliberada e mobilização política considerada prejudicial aos processos territoriais passem também a ser enfrentadas por meio dos instrumentos legais cabíveis, incluindo eventual responsabilização de pessoas que, segundo apontado, estariam atuando para inviabilizar ações e processos construídos coletivamente no território.

Ao final, foi ressaltado que os desafios enfrentados no território são complexos e exigem novas formas de operacionalização, diálogo e enfrentamento institucional das tensões existentes.

Ao final da reunião, foi ressaltada a importância do espaço de diálogo construído no encontro, sendo destacado que a proposta de realização de reuniões ampliadas e menos restritas às dinâmicas formais do Conselho Gestor vinha se mostrando extremamente positiva para aprofundamento das discussões relacionadas às dinâmicas e conflitos locais.

Nesse contexto, foi proposta a continuidade periódica desses encontros, com sugestão inicial de realização de nova reunião no dia 24 de junho, às 10h30, aberta à participação de outros atores e instituições interessados nas discussões territoriais.

Também foi sugerida a formalização do espaço como um grupo de trabalho voltado aos desafios territoriais, com possibilidade de ampliação gradual da participação e organização de uma secretaria responsável pelos registros e sistematizações das reuniões.

Foi informado que os registros dos encontros seriam posteriormente disponibilizados aos participantes, sem identificação nominal das falas e com eventual retirada de trechos considerados mais sensíveis, buscando evitar exposição desnecessária ou ampliação de conflitos territoriais.

Na sequência, foi mencionado que diversas das questões levantadas durante a reunião já vêm produzindo desdobramentos internos no âmbito do Programa, incluindo discussões relacionadas ao mapeamento de atores e situações consideradas problemáticas para a execução das ações do Programa.

Também foi esclarecido que os órgãos de fiscalização ambiental apoiados pelo Programa já começam a apresentar relatórios e formulários de execução relacionados aos recursos recebidos, embora parte dos apoios ainda esteja em fase de aquisição e entrega de equipamentos e insumos, especialmente no caso da Polícia Federal e do IBAMA.

Foi informado que o Batalhão de Polícia Ambiental já apresentou relatórios relacionados ao primeiro ciclo de apoio recebido, os quais inclusive subsidiaram decisões posteriores do Conselho Gestor acerca da continuidade dos apoios institucionais.

Como encaminhamento, foi proposto que o registro da reunião fosse sistematizado e posteriormente complementado pela Secretaria Executiva com apontamentos adicionais sobre



os desdobramentos internos já existentes no âmbito do Programa em relação aos temas debatidos. Também foi indicado que os participantes poderão posteriormente complementar as discussões com novas contribuições e sugestões.

Antes do encerramento, foi realizado apelo para que as instituições presentes realizem credenciamento no edital relacionado ao Conselho do NGI Antonina-Guaraqueçaba, destacando-se a importância da participação de organizações e atores que já atuam diretamente no território para qualificação das discussões e fortalecimento das políticas públicas locais.

Ao final, foram realizados agradecimentos pela participação de todos os presentes e reforçada a intenção de continuidade dos espaços de diálogo e construção coletiva sobre os desafios territoriais da região.

Resumo dos encaminhamentos:

Item da Pauta	Encaminhamentos
Única	Realização de nova reunião em 24/06/2026 às 10:30, com o convite aberto àqueles que desejarem participar.

Anexo I: Listas de presença dos participantes